



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A casa-terreiro do Quilombo Ribeirão do Mutuca: entre a potencialidade dos saberes ancestrais e os limites da política habitacional¹

Elizabeth Othon de Souza

Pesquisadora Júnior do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NAPPLAC-FAUUSP); Pesquisadora voluntária do Grupo de Estudos de Planejamento Urbano e Regional– Universidade Federal de Mato Grosso (EPURA/UFMT)

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo: O artigo aborda a complexidade que envolve a relação entre o modo de vida quilombola e o planejamento territorial a fim de melhor subsidiar a construção de políticas públicas que atendam esta população e contemple sua territorialidade. O trabalho se aproxima do território do Quilombo Ribeirão do Mutuca, em Mato Grosso, onde foram construídas 150 casas subsidiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O percurso se dará por uma breve retomada do processo histórico do território do Mutuca, situando-o a conjuntura nacional; na sequência vai à escala da casa-terreiro em três momentos: (i) a casa da memória, (ii) a casa do PNHR e (iii) a casa da mistura. Entende-se que a política habitacional sinaliza uma ação do Estado de reconhecimento ao território e qualifica a habitabilidade imediata, ao mesmo tempo que modifica os modos de construir. Além disso, por se tratar de uma política setorial e desarticulada das demais, as condições de insegurança na posse e permanência persistem. Conclui-se que há a necessidade de fortalecer instrumentos que atuem em diferentes escalas e articulem políticas públicas com o objetivo de viabilizar as condições materiais para que a potencialidade contida nos saberes ancestrais de produção do habitat quilombola se consolide.

Palavras-chave. Habitação rural, quilombo, território, habitat, PNHR

The house-yard of Quilombo Ribeirão do Mutuca: between the potential of ancestral knowledge and the limits of housing public policy

Abstract. This article addresses the complexity involved in the relationship between the “quilombola” way of living and territorial planning in order to better support the construction of public policies that serve this population and contemplate their territoriality. We look into the territory of Quilombo Ribeirão do Mutuca, in Mato Grosso, where 150 houses were built paid by the National Rural Housing Program (PNHR). The method take through a brief resumption of the historical process of the territory of Mutuca, placing it within the national context; then it goes to the scale of the house-yard in three moments: (i) the ancestral house, (ii) the PNHR house and (iii) the mixed house. It is understood that the housing policy represents an act of recognition of the territory and qualifies the immediate habitability, at the same time that it modifies the ways of building. It is a sectorial policy and disjointed from the others, the conditions of insecurity in tenure and permanence persist. In conclusion, there is a need to strengthen instruments in different scales and articulate public policies with the objective of making the material conditions viable so that the potential contained in the ancestral knowledge of production of the quilombola habitat is consolidated.

Keywords: Rural housing, quilombo, territory, habitat, PNHR.

La casa-patio del Quilombo Ribeirão do Mutuca: entre el potencial de los saberes

¹ Texto elaborado a partir de pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2018 e 2020 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGFAUUSP), com bolsa de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ancestrales y los límites de la política habitacional

Resumen. El artículo aborda la complejidad que envuelve la relación entre el modo de vida quilombola y la planificación territorial para apoyar mejor la construcción de políticas públicas que atiendan a esta población y contemplen su territorialidad. Se acerca al territorio del Quilombo Ribeirão do Mutuca, en Mato Grosso, donde fueron construidas 150 viviendas subsidiadas por el Programa Nacional de Vivienda Rural (PNHR). El recorrido se realizará a través de un breve repaso del proceso histórico de Mutuca, situándolo en el contexto nacional; luego pasa a la escala de la casa-patio en tres momentos: (i) la casa ancestral, (ii) la casa del PNHR y (iii) la casa de la mezcla. Se entiende que la política habitacional señala una acción del Estado para reconocer el territorio y califica la habitabilidad inmediata, al mismo tiempo que modifica las formas de edificar. Al tratarse de una política sectorial y desarticulada de las demás, persisten las condiciones de inseguridad en la tenencia y permanencia. Se concluye que existe la necesidad de fortalecer instrumentos que actúen en diferentes escalas y articulen políticas públicas con objetivo de viabilizar las condiciones materiales para que se consolide el potencial contenido en los saberes ancestrales de producción del hábitat quilombola.

Palabras clave. Vivienda rural, quilombo, territorio, hábitat, PNHR

1. Notas introdutórias

A formação do território brasileiro possui raízes profundas que remontam ao período de invasão das terras pela coroa portuguesa no século XVI. Em paralelo, o escravismo foi um dos pilares centrais do modo de produção mercantil, que explorava as terras do então chamado Brasil, e os corpos dos povos originários e africanos escravizados. A relação entre a colonização, trabalho cativo e posterior instituição da propriedade privada da terra (MARTINS, 1986) são aspectos fundantes do processo de ocupação do território brasileiro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o processo de colonização e as transformações que redesenharam o território a partir dos anos 30 do século XX, conformaram as características do meio rural contemporâneo. Nos anos 1900, a transformação deste quadro foi marcada por diretrizes de desenvolvimento e ações do Estado que apoiaram dois meios de expansão: para as cidades impôs-se a expansão industrial, e para o campo um modelo produtivista baseado na ocupação de extensas faixas do território e reforçando a concentração de terras (ZUQUIM, 2002).

Neste contexto, diante da realidade do estado de Mato Grosso, que teve sua formação territorial direcionada principalmente pelo incentivo ao agronegócio como principal eixo de produção e ocupação do território, é notável a necessidade de se abordar a complexidade que envolve o respeito aos modos de vida das populações do campo, questões fundiárias e o planejamento territorial a fim de melhor subsidiar a construção de políticas públicas territoriais que atenda esta população e contemple seus modos de vida.

Para tanto, partimos do chão do Quilombo Mutuca, integrante da Comunidade Quilombola de Mata Cavalos, localizado ao sul do estado de Mato Grosso, no município de Nossa Senhora do Livramento (fig.1) entre o cerrado e o pantanal. Este território registra a herança da resistência nos tempos de escravidão, os sentidos das lutas pelos direitos dos quilombolas a partir da redemocratização do país, e as marcas do processo de violência vivido no local. Os quilombolas de Mata Cavalos ocupam suas terras há mais de 130 anos e elas só foram reconhecidas pelo governo do estado em 1998 e pela Fundação Cultural Palmares em 2000, e teve seu Relatório de Identificação e Delimitação¹ emitido em 2006, porém ainda não possui titulação definitiva. Em 2013 a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (ACORQUIRIM) acessa o Programa Nacional de Habitação Rural, que subsidia a construção de 150 casas para as famílias do Mutuca entre 2013 e 2016.

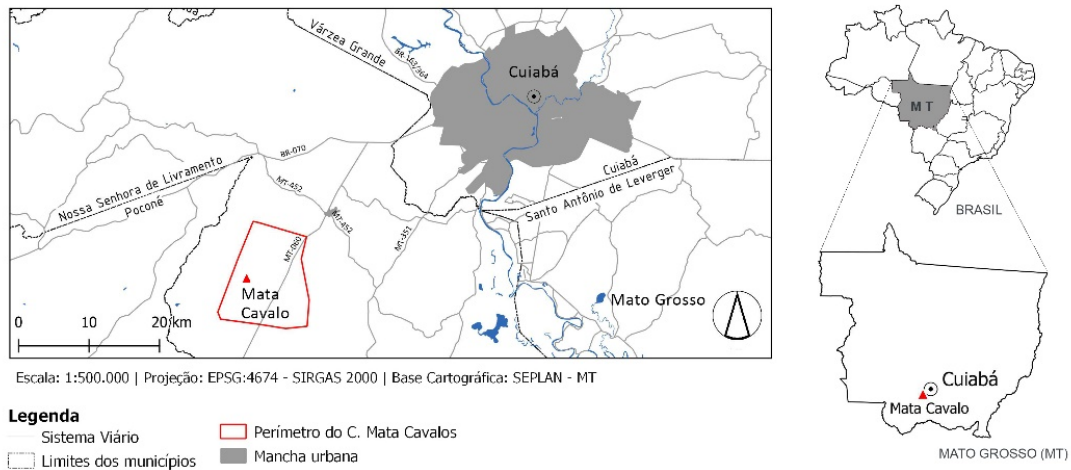


Figura 1 Mapa de localização da Comunidade Mata Cavalos, em Mato Grosso (Fonte: elaborada pela autora).

A política habitacional é situada no bojo das ações do Estado neste território, que ao longo dos anos alternou entre espoliações, violências e atendimentos mínimos de cidadania. A casa, então, adquire centralidade e é o caminho por onde se aprofunda o entendimento das relações entre território e identidade da comunidade Ribeirão da Mutuca. O lugar da moradia contém dimensões que se articulam e dão pistas para compreender o movimento de reprodução social da vida e produção do espaço que resultam em transformações maiores ou menores neste território. A casa guarda memórias afetivas, simbólicas, registros das formas de ocupação dos espaços e do saber fazer que carrega conhecimentos presentes na oralidade e memória comum deste grupo, e revela, ainda, os modos de morar e a relação com a natureza, guarda a memória amarga das tentativas de espoliação e, ao mesmo tempo, faz parte da construção de perspectivas de futuro.

Entre 2018 e 2019, foi realizada a pesquisa de campo no Quilombo do Mutuca, com incursões ao território e partiu dos diários de campo, escuta, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Foi realizada junto à família Ferreira, pela sua representatividade na coletividade do Quilombo e cujos membros atualmente estão à frente da associação de moradores. As visitas foram guiadas por Justina Ferreira, matriarca e liderança histórica do Mutuca. O campo baseou-se na observação do cotidiano, levantamento de dados georreferenciados, levantamento fotográfico, entrevistas semiestruturadas com moradores, atualização da árvore genealógica das famílias e anotações de campo. Em paralelo, realizou-se a pesquisa documental a partir do laudo antropológico e documentação referente ao processo de reconhecimento e titulação das terras.

Parte da noção de espaço enquanto construção social, e não apenas suporte físico das atividades humanas. Neste percurso buscou-se compreender como as relações sociais se estruturam a partir das dinâmicas territoriais e ao mesmo tempo como o território se conforma a partir destas relações – o habitat rural. Ao longo dos quase 200 anos de sua história, o Mutuca foi um lugar de encontro entre o modo de viver e pensar quilombola e o modo de fazer e pensar a casa, numa escala distante. As decisões tomadas em um gabinete em Brasília chegaram até um quilombo em Nossa Senhora do Livramento, e ali se essas dimensões se encontraram e aderiram ao movimento do território.

Neste texto, o percurso deste texto se dará por uma breve retomada do processo histórico do território do Mutuca, situando-o a conjuntura nacional; na sequência vai à escala da casa-quintal a partir de três momentos: (i) a casa da memória, onde se aproxima da subjetividade contida na casa ancestral e seu entorno, a partir de Bachelard (1978) e nas relações expressas nos modos de fazer; (ii) a casa do PNHR, a partir da qual se recupera o processo de provisão de moradia via política habitacional; e (iii) a casa da mistura, que aborda o período pós-PNHR e as adaptações

feitas pelas famílias. Por fim, retoma considerações sobre a potencialidade de se elaborar políticas públicas e demais intervenções nestes territórios que partem da casa-terreiro, sendo assim, “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, p.17).

2. Dos passos que vêm de longe

O termo “quilombo” revela mais de 400 anos de resistência da população negra no Brasil, e as comunidades quilombolas representam na contemporaneidade um grupo social que compõe o movimento de luta pela terra ocupada por seus ancestrais e pela busca de sua afirmação identitária. Estas comunidades representam a continuidade de um processo histórico de resistência que se inicia com a escravidão (GOMES, 2015). Tais comunidades produziram histórias de cultura material e imaterial, nas quais o processo de formação e autoidentificação destes sujeitos se revela intimamente relacionado ao território.

A terra então, além de ser condição de sobrevivência física para estes grupos, se constitui como instrumento fundamental para a afirmação da identidade da comunidade. Nesta chave, a territorialidade se constitui a partir da relação mantida por determinado grupo com seu território. Bandeira (1996) contribui com a noção de “território étnico”, atribuída aos quilombos, considerados um grupo com base social diferenciada cujos elementos de constituição se manifestam na formação do território. Estes elementos são a ancestralidade, as relações de parentesco e o trabalho na roça, consolidados numa terra de uso coletivo e dentro de princípios de solidariedade e reciprocidade (BANDEIRA et al. 1996, p. 9).

Para a reflexão aqui proposta, cabe destacar alguns fatos históricos e processos determinantes para a formação do território brasileiro, bem como as lutas travadas pelo povo negro e suas reverberações. Deve-se levar em conta o ponto de vista de quem constrói a narrativa sobre os mocambos e quilombos ao longo dos anos, sendo que até meados do século XX esta narrativa é construída de fora dos quilombos, o que contribui para reforçar a importância do trabalho de intelectuais negros como Flávio Gomes, Lélia Gonzales e Rafael Sanzio. Estes autores propõem reconstruir a historiografia e a visão sobre os territórios étnicos dos negros escravizados no Brasil e em outros países da América Latina, com a intenção de promover uma mudança no paradigma do olhar sobre estas organizações.

Há registros da presença de cativos africanos na Colônia já em meados do século XVI, antes do início do “tráfico oficial” em 1549 (FIABIANI, 2005, p. 259). E a resistência ao cativo se inicia no mesmo período: há registros de levantes de negros escravizados em documentos oficiais desde pelo menos 1588 (ibidem. p. 259). Desta forma, o Brasil se tornou o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio (GOMES, 2019, p.24).

Segundo Bandeira et al. (1996), o quilombo Mata Cavalo tem sua formação no século XVII, a partir da sesmaria Boa Vida e Sesmaria Rondon, que se estabelecem junto com a descoberta do ouro em Cuiabá. É em meio ao regime de capitânicas hereditárias que se localiza a origem da população escravizada e conseqüente formação de quilombos nos arredores de Nossa Senhora do Livramento. A formação das vilas e cidades da região se formaram na base da violência e expulsão dos povos originários Bororos, da exploração da natureza e dos corpos dos escravizados na mineração. Segundo Bandeira et al (1996) já no século XVIII as terras da Sesmaria Boa Vida, onde hoje se localiza Mata Cavalo, já eram valorizadas por conta da intensa ocupação provocada pela mineração.

Em 1850, foi promulgada a Lei de Terras com o objetivo de disciplinar o acesso à terra no país, a qual foi muito importante no processo de abolição da escravidão. A Lei de Terras, além de regulamentar a propriedade da terra, possuía outros objetivos, como interferir na nova política migratória e transformar a terra em equivalente a mercadoria, o que condicionava o usufruto da

terra ao capital (Martins, 1973). Ela inicia o período “em que a terra não é mais só um instrumento para explorar o trabalho do outro, mas também extrair excedente – conversão da renda em capital” (Martins, 1986: 34).

Em linhas gerais, a instituição da mercantilização da propriedade privada da terra foi condicionante para a manutenção do status das elites na transição do trabalho cativo para o livre. Além disso, a lei ainda impediu o livre acesso à propriedade no contexto da imigração ao mesmo tempo que promovia o embranquecimento da população nacional. Com a instituição da mercantilização da terra, os preços são elevados de forma que nem a massa de negros recém inseridos na sociedade brasileira, nem os imigrantes recém-chegados tenham acesso fácil à terra e sejam obrigados a se assalariar para sobreviver.

Gomes (2015) recupera a diversidade de processos de resistência, organização espacial e obtenção de terras da população negra no Brasil. Estes processos incluem as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, e também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a ocupação de porções de terras no interior de grandes propriedades e a compra de terras, durante o sistema escravocrata e depois deste. As formas de resistência adotadas pela população negra para romper com o regime escravagista não se encerram na formação dos quilombos; a constituição destes foi, na verdade, uma das várias formas de resistência adotadas para romper com o regime em vigor que contaram com levantes, revoltas e greve ao longo dos séculos.

Enquanto isso, em Nossa Senhora do Livramento, a Sesmaria que deu origem ao Quilombo Ribeirão do Mutuca e a comunidade de Mata Cavalos, era então dividida, se encontrava sob novas dinâmicas e novos donos. Parte da Sesmaria Rondon foi vendida em 1877 para Marcelino Paes de Barros, ex-escravizado e origem de um dos troncos familiares de uma das comunidades integrantes de Mata Cavalos. A outra parte foi doada a escravizados da própria Sesmaria através de herança de seus antigos donos, e posteriormente vendida para Graciano da Silva Tavares, que ainda era escravizado e formou um dos troncos da comunidade Mata Cavalo de Baixo. Posteriormente, Vicente Ferreira Mendes, já liberto, comprou uma porção da terra vizinha, se estabeleceu com sua família que hoje compõe a comunidade Ribeirão do Mutuca. A história dos negros ex-escravizados que fizeram a compra de partes das sesmarias é icônica: o negro, agora livre, adquirindo a terra onde fora escravizado.

Gomes (2015, p. 19) recupera as diferentes “estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem” das terras ocupadas pelos quilombolas. O autor identifica diversas formas de ocupação de terras que passam pela compra de propriedade por ex-escravizados, doações de terras, ocupação de fazendas abandonadas, pagamentos por serviços prestados em guerras (por ex.: Guerra do Paraguai), doação de terrenos de ordem religiosa (Terras de Santo), ocupações de terras da união e sob controle da Marinha do Brasil.

Apesar de terem em mãos os documentos de doação e compras de terras, isto não foi o suficiente para a garantia da segurança da posse da comunidade de Mata Cavalo. O registro da primeira tentativa de expropriação é datado de 1890, apenas 7 anos após o recebimento da doação de parte da Sesmaria Boa Vida. Mesmo com as ameaças, as famílias continuaram em Mata Cavalo e expandiram o quilombo através da aquisição de terras adjacentes e fixação de núcleos familiares em outras localidades das Sesmarias Boa Vida e Rondon.

O início do século XX foi marcado pelas políticas do Estado Novo. Em 1938, Getúlio Vargas implantou a “Marcha para o Oeste”, visando integrar à economia nacional as áreas do Centro Oeste e Norte, consideradas como “espaços vazios”, com o propósito de construir um “novo Brasil”. Este movimento se consolidou em Mato Grosso a partir de um projeto de reordenamento territorial e social do estado, pautado em um modelo de expansão produtivista. Em Mata Cavalos o ano de 1943 é marcado pela expropriação das terras por fazendeiros da região seduzidos pela valorização das terras e incentivo estatal a produção agropecuária. As famílias que ocupavam o território e estabeleceram ali seus costumes, forma de construir, de plantio e práticas religiosas

foram expulsas das terras e migraram para a periferia das cidades próximas (Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cuiabá e Várzea Grande). Após a expulsão das famílias, estas iniciaram um processo de reterritorialização nos centros urbanos onde se estabeleceram, e preservaram os costumes e a relação com o território na medida que a vida no contexto urbano permitia.

Já durante a ditadura militar, o período caracterizou-se pelas políticas de integração da Amazônia e Centro-Oeste fortemente centralizadas no governo federal. Combinadas com a modernização da agropecuária extensiva, estas ações atingiram o estado de Mato Grosso com um novo movimento de valorização das terras e colonização dos “espaços vazios”. O termo “vazio” era novamente utilizado na narrativa governamental com forte apelo ideológico, pois a região do Centro Oeste e estado de Mato Grosso abrigavam uma grande variedade de etnias indígenas, quilombolas, entre outros povos, porém o estado possuía uma economia pouco integrada ao circuito nacional e até então a produção agrícola era basicamente para subsistência, e não se encaixava nos interesses do governo federal. A autora ainda aponta para as contradições nas políticas públicas adotadas que, na obsessão pela chamada “modernização”, desconsideraram a existência da população do campo e não propuseram condições materiais de melhoria de vida ou adequação para estas populações (AZEVEDO, 2015, p. 50).

Neste período, em reação ao fechamento do Regime militar novos atores surgem na cena política, no contexto de tomada de consciência sobre outros rumos para o desenvolvimento econômico e social. Neste período surgem os primeiros movimentos sociais organizados, que derivam da preocupação com os problemas originados das desigualdades sociais no espaço urbano e rural.

Em 1986 se inicia a retomada das terras pelos descendentes de ex-escravizados que ocuparam as terras de Mata Cavalos desde o século XVIII. Esta ação foi parte de um movimento maior de tomada de consciência racial, onde as famílias passam a se identificar como remanescentes de quilombo, apoiadas pelo Movimento Negro e o recém-criado Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e se valendo da legislação nacional e estadual em elaboração a fim de exigir a retomada das terras. Soma-se a isso a crescente precarização das condições de vida e trabalho nas cidades, que afetou diretamente essa parcela da população de Mata Cavalos que, nos anos 40, migrou para as periferias das cidades em busca de melhores condições de vida.

Com o fim da ditadura militar, em 1987 se forma a Assembleia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição Federal. Os conflitos sobre o reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos na Assembleia Constituinte se davam no âmbito conceitual, pois por um lado se colocava a interpretação do movimento negro com o viés de luta pela terra e reconhecimento dos territórios, no lado oposto estavam os ruralistas que defendiam que este direito fosse discutido no âmbito da cultura, com a intenção de tirar o foco da questão fundiária (SOUZA, 2010, p. 26).

Dez anos depois, em 1998 a comunidade de Mata Cavalos (fig.2) foi reconhecida pelo governo do estado de Mato Grosso como remanescente de quilombo, segundo os conceitos definidos pela Constituição Federal de 1988, e no final do ano 2000 a Fundação Cultural Palmares emitiu um título de domínio referente à área, reconhecendo a comunidade como remanescente de quilombo.

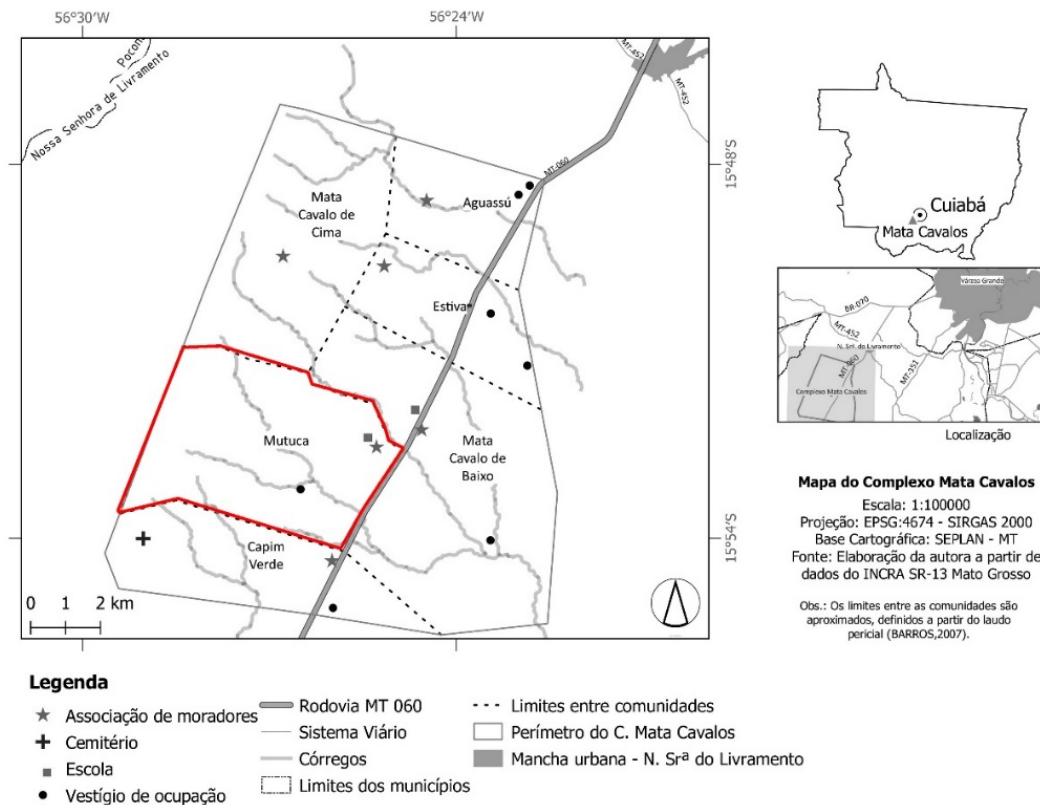


Figura 2 Mapa da comunidade Quilombola Mata Cavalos e suas seis comunidades, em destaque o Quilombo do Mutuca. (fonte: elaboração da autora).

A partir de 2003, com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, “os movimentos sociais negros e quilombolas compreendem ter alcançado o ambiente propício para a execução de suas demandas imediatas e históricas” (SOUZA, 2010, p. 35). Em 2004, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), pasta ligada diretamente ao gabinete da presidência da república, lançou dois programas: o Programa Promoção de Políticas Afirmativas para Igualdade Racial, com o objetivo de enfrentar o racismo e reduzir as desigualdades raciais nos campos da saúde, da educação e da economia solidária, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Ambos tiveram como objetivos articular políticas sociais estruturantes com políticas específicas para a população negra, concomitante à regulamentação dos dispositivos legais de reconhecimento das comunidades quilombolas. No entanto, sua implementação esbarra em questões estruturantes como a disputa por terras, parte da formação histórica do país, que dificulta a titulação das comunidades e consequentemente no acesso a créditos produtivos e segurança de investimento na produção agrícola; e na fragilidade das instituições responsáveis pelas ações de infraestrutura, educação, pois demanda a ação de diversas escalas administrativas (município, governo federal e autarquias como INCRA, Fundação Palmares e SEPPIR).

Até 2016 a implementação destas políticas continuava avançando lentamente, quer pelas lutas e conquistas dos movimentos sociais, das comunidades remanescentes de quilombo – consequentemente da população negra como um todo – quer pela estrutura democrática dos conselhos participativos instituídos na esfera pública que davam voz aos movimentos sociais. Em 2016 tem-se uma inflexão das políticas públicas no Brasil, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a entrada do novo governo conservador as políticas de igualdade racial são interrompidas.

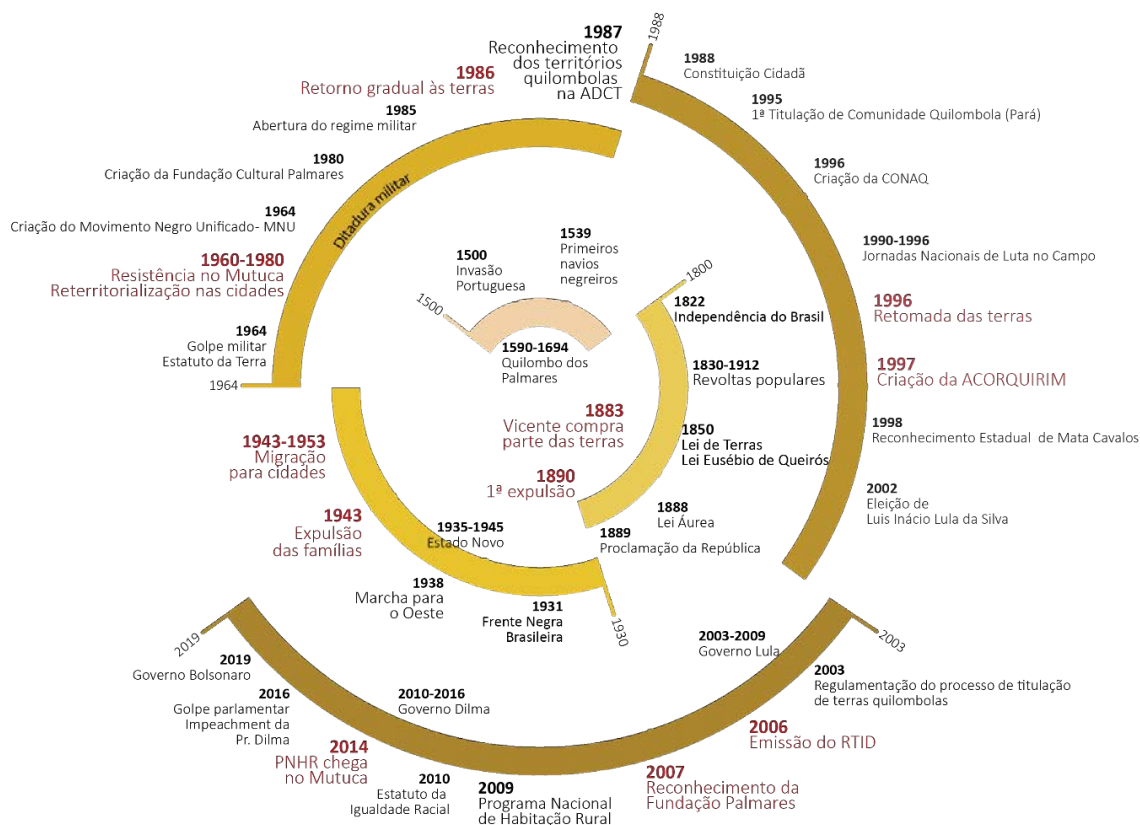


Figura 3 Roda do tempo representando a cronologia do Mutuca de 1500 a 2019. (fonte: elaboração da autora).

Em meio a ciclos políticos (fig.3) onde o discurso de ocupação dos “vazios” e “modernização” é uma constante que se atualiza a cada período e justifica políticas territoriais e violências que buscam tornar homogêneas as formas de produzir o espaço, se relacionar com a natureza e o trabalho, os quilombos resistem como alternativa. Os conflitos pela posse da terra em Mata Cavalos se prolongam há mais de 100 anos, e hoje a comunidade permanece resistindo a ameaças de fazendeiros e grandes grupos interessados em suas terras. A segurança na posse está relacionada a uma reparação, e a permanência destas comunidades em seus territórios demanda ações estruturais, especialmente na forma como são considerados no espectro da elaboração de políticas públicas e planejamento territorial, para que deixem de ser vistos como “vazios” ou formas atrasadas e sejam considerados em sua potência de desenvolvimento humano, territorial, agrário e social.

3. A casa-terreiro enquanto categoria de análise do habitat quilombola

3.1 A casa da memória

A casa possui estrutura de madeira e cobertura com palha de babaçu riscada, o fechamento das paredes é variado, a lateral esquerda é fechada com madeira aparelhada, e a lateral direita com placa metálica, já a parede que delimita a varanda é feita com madeira aparelhada, uma técnica que elas chamam de “pau a pique” e consiste em pedaços do centro da folha de babaçu aparelhados e fixados entre si com pregos. A casa possui piso de cimento e a maior parte é ocupada por uma grande varanda de aproximadamente 6 por 3 metros de largura. A área (ou varanda) é o lugar onde encontramos D. Justina, que recebe todos que passam por lá e era onde ela me recebia quando chegava para visitar as casas, quase sempre arrodada pelos netos ou filhos. A casa é rodeada por pés de babaçu, cujas partes são utilizadas na construção da casa,

suas folhas compõem a cobertura, as paredes são fechamentos com a palha trançada ou com as taquaras aparelhadas. (Diário de campo, Souza, 2020)

As casas (fig.4) são o núcleo mínimo da configuração territorial composta pelos terreiros, sítios e roças, que formam a comunidade do Mutuca. Santos (1996, p. 267) situa o espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações em cada momento histórico”. Portanto, ao observarmos a configuração e a formação do espaço e do território do Mutuca, o consideramos a partir de uma perspectiva histórica, onde este se insere numa rede de sistemas e objetos que definem o espaço rural do país e o lugar das comunidades quilombolas neste processo.



Figura 4 Casa da família de Justina. (fonte: elaborada pela autora)

Mesmo com as mudanças de localização, a “casa” lembrada pelas interlocutoras é sempre a mesma. Bachelard (1978) propõe a compreensão da ligação metafísica que compõe a relação entre o ser humano e o espaço, o autor se refere à casa enquanto moradia com profundo valor de proteção da intimidade do ser. Portanto, mesmo mudando de localização, de forma ou estética, o espaço é vivido na memória e na imaginação, pois “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 1978, p. 200).

Para Bachelard, os espaços da casa estão dentro de nós, assim como nós estamos dentro destes. E este movimento parte da nossa primeira casa, a casa natal que fica gravada em nosso espírito, onde aprendemos o real sentido de pertencimento, e que é a referência primeira para todas as outras casas que habitaremos ao longo da vida:

[...] a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. A cada vinte anos, apesar de todas as escadas anônimas, reencontramos os reflexos da “primeira escada”, não teimamos em permanecer num degrau um pouco alto. Todo o ser da casa se desdobra, fiel ao nosso ser. (BACHELARD, 1978, p. 206).

No decorrer das conversas em campo, a noção de “casa” para as interlocutoras nunca se encerrou entre as paredes construídas, mas se estendiam por todo o terreiro e se misturavam com as habitações dos pais e parentes mais próximos. Apesar de possuir forte valor simbólico, a noção do habitar tem origem na “casa-abrigo”, mas se dá além dos limites da habitação. Nas primeiras visitas, não houve convite para adentrar nos espaços íntimos da família, mas me foi oferecida uma caminhada por todo o terreiro, os remédios e até o fogão a lenha onde se fazem os banhos de

ervas e garrafadas. Da mesma forma, na casa de outra irmã, conversamos no barracão que abriga a festa de Nossa Senhora Aparecida, passamos pelo poço de água fresca que conta com um mecanismo rebuscado de manivela construído em madeira, fizemos uma pausa na cozinha e o fogão a lenha, conhecemos o galinheiro e as enormes mangueiras que sombreavam seus netos que jogavam futebol. Na época das visitas, os irmãos e filhos estavam ocupados com a lavoura; por essa razão não puderam nos receber em suas casas dos sítios, pois estavam na casa da roça. A casa da roça é uma destas extensões do habitat, pois abriga as famílias enquanto estão na lida da lavoura.

Desta forma, a casa também é o terreiro com a cozinha, o forno e as ervas medicinais; é o lugar que recebe as atividades que não se encerram no corpo da casa. É no terreiro que se encontra a roça de subsistência mais próxima à casa, a criação de animais e ainda unidades sanitárias, agora abandonadas. Os terreiros são como organismos vivos, e o entorno da casa é parte ativa na vida de seus habitantes e conformam o habitat (quadro 1).



(1) Plantas medicinais;



(2) Áreas de descanso;



(3) Roça de subsistência;



(4) Poço;



(5) Hortaliças;



(6) Pia externa;



(7) Forno;



(8) Pequena agroindústria.

Quadro 1 Elementos que compõem as casas-terreiro do Mutuca. (fonte: elaborado pela autora)

Desta forma, vemos um paralelo com a casa-quintal do camponês descrita por Arruda (2007, p. 80), como “o espaço de uso e de produção de valor de uso, ou seja, como uma construção material e simbólica do espaço onde sua estrutura de apropriação e consolidação física se fixa conforme a organização sociocultural que a elabora”. Adapta-se aqui a nomenclatura da casa-quintal camponesa de Arruda (2007) para a “casa-terreiro”, em expressão mais adequada e recorrentemente ouvida nas visitas ao Mutuca, que se refere a este espaço qualitativo com valor de uso e conteúdo simbólico.

O laudo antropológico, por sua vez, descreve as casas a partir de seus elementos construtivos e apropriação, conectando as formas de construir da memória com as casas construídas nos núcleos mais recentes de reocupação (BANDEIRA et al, 1996p. 52). Compendo o mesmo documento, relatório as caracteriza enquanto “construções em estado precário” (ibidem, p. 83) e admite que “A situação das moradias, a par de significar o enorme esforço de sobrevivência das famílias, demonstra também a resistência das mesmas frente à situação de permanente opressão a que estão expostas”.

É através da compreensão da relação de pertencimento ao lugar, sendo esta a relação entre os sujeitos (quilombolas) e a terra reivindicada (quilombo), que se pretende entender o território. Neste processo vê-se um movimento dialético onde a chamada “identidade quilombola” através dos sujeitos quilombolas, produz um determinado tipo de território, e as formas de construção, ocupação e relação com o território produzem uma identidade, considerando sempre que o processo é fruto de ações coletivas destes sujeitos (MALCHER, 2009, p. 3).

Antonio Candido (2001), no contexto de seus estudos sobre os caipiras paulistas nos anos 30, elabora o argumento sobre a obtenção dos meios de vida em decorrência das necessidades, onde “todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e

os recursos do meio físico” (CANDIDO, 2001, p. 29). Para o autor, este “ajustamento” advém tanto um caráter social, referente a organização social para obter estes meios de subsistência, quanto natural, referente aos recursos do meio físico.

Sendo assim, Candido elabora as noções de “mínimo vital” e “mínimo social”, sendo os parâmetros que definem o limite de sobrevivência de cada grupo. A partir desta noção, abaixo do mínimo vital estaria a fome, e abaixo do mínimo social haveria anomia, uma situação de desregulação social e enfraquecimento das relações.

A “simplicidade” da casa descrita por Candido e percebida no Mutuca pode tanto remeter a um mínimo vital de obtenção dos meios de vida (2001, p. 29), quanto ao passado de violência vivido pelas famílias. As casas de palha são frequentemente nomeadas como “barraco”, sem uma vinculação direta com o sentido de “precariedade” atribuído a essa palavra pelo senso comum, pois estas também são rememoradas em sua dimensão subjetiva e se relacionam com a noção de identidade étnica.

O terreiro de Justina (fig.4) também abriga a sede da associação de moradores do Mutuca, onde é realizada a Festa da Banana, e outros eventos, e este uso demanda estruturas mais robustas. A cozinha, que é usada tanto pela família de Dona Justina quanto pelas famílias reunidas nas festas, possui um espaço mais amplo que comporta este volume de trabalho.



Figura 5 Mapa ilustrado do sítio da família de Justina. (fonte: elaborado pela autora)

A cozinha (fig.6) adquire centralidade nos terreiros, abriga o fogão a lenha e se conecta com os fluxos da roça. Apesar de terem cozinhas dentro das casas, algumas mais equipadas que outras, os filhos continuam compartilhando a cozinha das mães ou ampliando este espaço. A cozinha se revela como um lugar do encontro, de consumo e de produção. É o principal destino dos produtos da roça, seja para alimentar a família ou para produzir os derivados da banana para venda.



Figura 6 Cozinha externa de um terreiro do Mutuca. (fonte: elaborado pela autora)

As construções de casas, ranchos, fornos, cozinhas e demais estruturas do habitar partem da experiência vivida, dos conhecimentos endógenos e do domínio dos meios de produção. Aqui, a construção adquire outras dimensões para além do ato de construir, pode ser também entendido como ato de memória, uma forma de narrativa. O valor que se dá à casa-terreiro se expressa para além da funcionalidade do cotidiano: o território reúne significados afetivos e representam a trajetória histórica destas famílias quilombolas.

O processo construtivo do “barraco” de pau-a-pique presente nas edificações dos terreiros visitados no Mutuca nos foi descrito brevemente por Justina em uma das visitas. Nas conversas, a informação é que os homens são os responsáveis por construir as casas, são chamados de engenheiros e artesãos. Os homens são os detentores do conhecimento, mas a construção é feita em “muxirum”, uma forma de trabalho coletivo associado realizado nesta comunidade. Desta forma, todos que participam da construção sabem ao menos explicar todas as etapas. Há a especialização de alguns processos, e o trabalho no canteiro é realizado coletivamente em trabalho associado. Além da produção da casa em si, é um lugar de transmissão dos saberes, como apontam os relatos.

O modo de fazer a casa quilombola no Mutuca manifesta os conhecimentos ancestrais e tradições construtivas adaptadas ao clima local e feitas a partir de materiais disponíveis, além de se apoiarem no fazer coletivo do muxirum, reforçam os aspectos simbólicos deste modo de construir.

No contexto anterior a provisão de moradia via PNHR, há de se considerar que a construção da moradia se estabelecia a partir deste ajustamento ao mínimo material necessário para abrigo e reprodução da vida, ou ao ajuste da situação econômica vivida pelos remanescentes de quilombo.

Seria a conformação dos saberes contidos na técnica construtiva e uso dos materiais abundantes no local (neste caso, o babaçu), com a satisfação das necessidades de abrigo e segurança. A casa quilombola se revela como a expressão de um espaço com valor de uso e dimensão cultural, simbolicamente apropriados ao longo do tempo.

Todavia, há uma linha tênue entre o olhar culturalista que observa o modo de morar quilombola a partir da estética resultante dos modos de construir, com o risco de cair em anacronismos. Além disso, este olhar pode ignorar outras determinantes deste processo, como a situação econômica vivida pelos habitantes do Mutuca e as necessidades e desejos que se atualizam com o passar dos anos. Por isso a importância em se considerar a cultura em movimento e adequada ao seu contexto histórico, político e econômico.

Candido (2001), propõe que a possível desorganização social dos caipiras seria resultante das transformações do campo e extensão dos latifúndios. O resultado destas transformações seria possivelmente agravado se não levasse em consideração a cultura e a sociabilidade dos grupos em questão. O autor recupera a tradição dos caipiras nos planos propositivos e políticos, em face dos problemas sociais brasileiros, onde as contribuições do desenvolvimento técnico deveriam convergir com os saberes destes grupos para criar novos mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 2001).

Estabelecemos aqui um paralelo com a preocupação de Candido em analisar e compreender a organização social dos caipiras paulistanos, visto que o dito desenvolvimento técnico chega a Mutuca de diversas formas que se apresentam repletas de contradições.

3.2 A casa do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

Historicamente, os saberes que provêm de comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas passam por processos de apagamento. As primeiras políticas públicas de habitação rural possuem forte cunho higienista, apontando o modo de vida no campo como inadequado e pouco higiênico. Este processo contribuiu para o abandono gradual de técnicas construtivas com materiais naturais como terra e madeira, extinguiu ofícios e desconfigurou as relações de trabalho nos canteiros.

Até o ano de 2013, as 120 famílias que vivem atualmente na comunidade remanescente de quilombo Ribeirão da Mutuca – ou apenas Mutuca – viviam em casas feitas de madeira e palha de babaçu, como descritas na seção anterior. Neste ano as famílias tiveram acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural, uma política de provisão de moradia lançada em 2009 pelo Ministério das Cidades, que financiou a construção de 150 casas no Mutuca entre 2013 e 2016 (fig.7). Até este momento, poucas políticas públicas de infraestrutura haviam chegado ao local. A rede de energia ampliada a todas as casas do Mutuca e das demais comunidades de Mata Cavalo foi instalada apenas no ano de 2008, com o programa “Luz para todos”. O acesso à água se dá por poço artesiano ou pelos riachos e cacimbas, e até 2013, as unidades sanitárias utilizavam fossas rudimentares e estavam instaladas do lado de fora das casas.



Figura 7 Casa construída pelo PNHR no terreiro de Justina. (fonte:elaborado pela autora)

Bolaffi (1982) aponta que historicamente o conceito de déficit surge como falso problema e orienta as políticas públicas justificando a produção de novas unidades para enfrentamento do déficit ou da crise, sendo que a raiz do problema se encontra na desigualdade social e baixa renda.

De fato, os dados do déficit propiciam a leitura de séries históricas e podem auxiliar no entendimento de algumas das dimensões que conformam o habitar. Todavia, nos territórios que

se situam no campo, das águas e das florestas, é utilizada a mesma metodologia formulada e utilizada para os domicílios urbanos. Ademais, não são colhidos dados sobre inadequação de domicílios, apenas referente ao déficit quantitativo. Desta forma, não há uma análise oficial sobre a situação dos domicílios rurais que contemple critérios como inadequação fundiária, carência de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo), ausência de banheiro exclusivo, cobertura inadequada e adensamento excessivo dos domicílios próprios.

Ao observar estes dados e relacionar com a realidade do espaço rural brasileiro, pode-se inferir que os dados do déficit mascaram processos em que a questão central muitas vezes é o acesso à terra, permanência e saneamento básico. E ao associar o material construtivo automaticamente a inadequação, ainda reforçam preconceitos contra os saberes, modos de morar e técnicas construtivas de grupos sociais como os quilombolas (LENZI, 2017). A este cenário soma-se a ausência de dados estatísticos específicos sobre os territórios quilombolas, o que fortalece o apagamento deste grupo socioespacial e suas necessidades habitacionais na construção de políticas públicas específicas. Cabe ressaltar que há perspectiva de mudança neste aspecto, visto que no recenseamento realizado em 2022 há o campo de identificação específico para os territórios quilombolas, fruto da luta de anos da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ) para esta alteração no Censo.

Em 2009 é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal, que buscou enfrentar/solucionar o déficit habitacional, mas sobretudo aquecer a economia em período de crise, principalmente do setor da construção civil. Uma década após o lançamento do programa, uma série de estudosⁱⁱ apontam que o programa mascara o “problema” da habitação apontado por Bolaffi (1982) e encampa novamente o “falso problema” a fim de fortalecer a cadeia produtiva da construção, deixando de lado o enfrentamento dos problemas estruturais e específicos que envolvem a questão da moradia urbana e rural.

O programa federal foi marcado por contradições e refletiu as condicionantes políticas e econômicas do período, o que gerou resultados heterogêneos. Se por um lado surge como uma política econômica anti-cíclica, por outro, foi a política pública que mais destinou recursos à construção de unidades habitacionais para a população com renda de 0 a 3 salários mínimos. E, no que se refere a políticas de habitação ruralⁱⁱⁱ, pela primeira vez a definição de beneficiários inclui outros grupos sociais do campo, das águas e das florestas, como quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores e silvicultores.

O empreendimento denominado “PNHR Antonia Cassemira Pinto”, o primeiro realizado na comunidade do Mutuca é considerado pela Caixa como um caso de sucesso no estado de Mato Grosso, especialmente pelo envolvimento da associação de moradores na operacionalização e pelo trabalho técnico social que ganhou um prêmio nacional da Caixa. Esta ação foi a primeira experiência da ACORQUIRIM com políticas públicas habitacionais, que até então havia atuado principalmente em projetos de agricultura familiar, agroecologia e economia solidária.

O projeto teve início em outubro de 2013, onde se firmou o contrato com a Caixa para construção de 50 unidades habitacionais pulverizadas. O projeto arquitetônico foi feito a partir de um projeto padrão do banco de projetos da CEF, casas térreas de aproximadamente 36 m² distribuídos em 2 quartos, 1 banheiro, sala conjugada com cozinha e área de serviço aberta.

Ao direcionar o dimensionamento a partir da descrição e tamanho do mobiliário mínimo, conduz à concepção de um programa de necessidades similar ao da tipologia adotada pela versão urbana do programa habitacional em questão. A escolha dos sistemas construtivos seguiu o padrão convencional frequentemente utilizados no programa, com materiais industrializados. Na fundação utilizou-se fundação tipo radier; vedação com alvenaria de tijolos cerâmicos, cobertura de telha cerâmica, estrutura metálica e forro de PVC, revestimentos (como pisos de cerâmica, azulejos na cozinha e no banheiro), janelas e portas com esquadrias em alumínio.

Quanto à forma de execução, associação fez um acordo com a construtora que executou a obra em regime de empreitada global, e esta contratou membros da comunidade para fornecer a alimentação da equipe e a mão-de-obra de trabalhadores registrados como pedreiros e serventes. Ainda que estivessem construindo casas para seus familiares, em regime de trabalho assalariado, os construtores estavam inseridos numa lógica de trabalho mediado pela empresa construtora. Observa-se que ao exercerem o mesmo ofício para autoconstruir suas casas, de alvenaria ou palha de babaçu, se colocam em outra lógica de produção e organização do trabalho no canteiro.

Há relatos que sinalizam que houve a participação das famílias em algumas decisões, todavia nota-se que os significados contidos nas expressões de “participação” dados pelas narrativas sobre a experiência do PNHR no Mutuca se relacionam à uma “pseudoparticipação” (KAPP, 2011, p. 3) onde a escolha se realiza a partir de um conjunto de opções dadas por outrem (por exemplo, os futuros moradores das novas casas poderiam escolher entre a cozinha americana ou compartimentada, e se o banheiro ficaria dentro do corpo da casa). Há ainda a contradição entre esta ação de heteronomia representada pela política habitacional e sua inserção em um território produzido socialmente com um alto grau de autonomia, que possui qualidades inerentes no que se refere à apropriação do espaço vivido, e ao mesmo tempo convive com precariedades que provêm da pobreza material e justificam as ações de heteronomia do Estado.

Esta conformação do território garantiu as brechas que constituíram certos graus de autonomia alcançados no processo do PNHR. Internamente, as decisões eram sempre tomadas coletivamente em reuniões dos moradores. Dentro dos estágios de contratação do programa, a associação buscou se informar sobre a normativa e os procedimentos institucionais necessários para a gestão do empreendimento como Entidade Organizadora.

A destinação de um grande volume de recursos para a habitação rural é um avanço, porém a inserção do PNHR no escopo do PMCMV interrompe os esforços de inserir a provisão habitacional no escopo do desenvolvimento rural, que vinha sendo elaborado nos últimos anos. A forma como se realiza a ação de provisão de moradia no Mutuca e suas contradições, nada mais são do que um reflexo local de um processo que se dá em uma escala maior.

Para a ACORQUIRIM, um dos maiores ganhos do PNHR Antonia Cassemira foi o engajamento dos moradores no processo, pois reconhece o esforço e a responsabilidade da comunidade no desenvolvimento de seus projetos. O reconhecimento da associação pela sociedade “de fora” do quilombo se consolidou na divulgação das Entidades Organizadoras (EO) habilitadas pela CEF, onde a Associação foi a única entidade organizadora habilitada para executar projetos do PNHR em Mato Grosso. Após o sucesso do primeiro empreendimento, a associação iniciou em 2016 a construção de mais dois empreendimentos na comunidade, cada um com 50 unidades cada, totalizando 150 casas construídas pela associação entre 2013 e 2018.

No que diz respeito à adaptação às novas casas, na percepção das interlocutoras, todas concordaram que a condição de vida melhorou. Esta percepção se conecta com a sensação de conforto, relacionada ao banheiro ligado a um sistema de esgotamento; e segurança, tanto no aspecto construtivo do abrigo das intempéries, quanto no aspecto de não precisar sair de casa para usar o banheiro a noite, seja por medo de ataque de animais ou de pessoas.

A questão do saneamento básico surge nas conversas sobre as casas como a melhoria mais significativa em relação à situação anterior, constantemente associada a expressões de “conforto” e “dignidade”. As unidades habitacionais também são associadas a “modernidade”, onde tudo é “encanado”, as casas são forradas e não há o risco de chover dentro de casa. Estas melhorias observadas fortalecem o aspecto material desta conquista da associação de moradores, que desde a sua criação em 1996 luta pela melhoria das condições de vida e cidadania aos moradores do Mutuca.

Sobre o aspecto da organização da casa, segundo as interlocutoras, a maior mudança foi em relação à planta, pois nos barracos de palha não havia compartimentação dos cômodos, havia

apenas um quarto e alguma divisória leve interna, a cozinha ficava do lado de fora, assim como o banheiro, e a área (varanda) servia como uma sala. O uso da cozinha externa permanece como hábito, e a cozinha interna mais se aproxima de uma copa. As novas casas se associam a um novo tempo, que não é o tempo dos despejos e violência vividos por tantas gerações, mas o tempo da casa segura, fixa e que sugere, simbolicamente, a permanência.

Ao mesmo tempo que reconhecem o conforto e a melhoria das condições de vida; diversas falas apontam que a casa de palha era mais fresca – tanto o é que algumas pessoas tiveram que comprar ventilador para aguentar o calor do cerrado. Outras falas não abrem espaço para a contradição pois assumem que essa casa nova é muito melhor do que as condições anteriores, e os moradores puderam “escolher” como seria a casa. De fato, há um incremento na salubridade e condições materiais de moradia, porém isto não deve blindar o processo (e o projeto) de críticas, principalmente por parte dos moradores, tendo em vista ainda que na época o programa era considerado uma política pública em construção. Já do ponto de vista das implicações territoriais, as casas trouxeram um impacto visível na quantidade de casas construídas, e estas mudanças refletiram as relações existentes no lugar. As novas casas se anexaram aos terreiros (fig.8) e passaram a compor o território, juntamente com as casas de palha, cozinhas, galinheiros e roça. As relações de parentesco se materializaram no território de maneira que a geração de filhos das interlocutoras passou a ter suas casas próprias no mesmo terreiro onde cresceram.



Figura 8 Casas do PNHR compartilhando o mesmo quintal. (fonte: elaborado pela autora)

3.3 A casa da mistura

Dentro deste quadro complexo de avanços e retrocessos na produção deste território, há diversas margens de manobra para a adaptação deste novo espaço construído, a partir da ampliação e reorganização de usos das edificações. As novas casas entraram na rotina e foram apropriadas pelas famílias, que as adaptaram em maior ou menor grau ao cotidiano. Ao passo que as casas antigas, de palha ou de madeira aparelhada, quando preservadas adquiriram outros usos.

Em um dos casos a casa antiga foi parcialmente desfeita, a cozinha de palha permaneceu e é a mais utilizada por estar perto da cacimba e das outras estruturas do terreiro, perto do barracão onde se realizam as festas de santo. A casa nova foi construída em um ponto mais alto, e a interlocutora não fez alterações em sua casa, mas adianta que se pudesse reformar, faria uma área maior na frente, mas a falta de dinheiro para comprar material dificulta a realização. A prioridade no campo de reformas e construções é o barracão que recebe a Festa da Nossa Senhora Aparecida, para onde se direciona boa parte das economias da família.

Em outro quintal, as casas do PNHR não foram alteradas, mas há o desejo de alteração: elas gostariam de aumentar a sala e fazer uma varanda. Atualmente as moradoras usam a cozinha da irmã, “porque é maior e todo mundo acaba cozinhando junto” (informe verbal, SOUZA,2020). Ela nos mostrou a casa, na cozinha pudemos ver os utensílios guardados cuidadosamente no armário, e na bancada, os doces de banana que ela faz. Os eletrodomésticos estavam cobertos por panos de prato bordados combinando entre si. A sala não possuía muitos móveis, e a janela estava coberta por uma cortina escura. Do lado de fora da casa estão dispostos vários vasos com plantas ornamentais e ervas medicinais, que usados para fazer os remédios.

A mudança de material construtivo também impactou o padrão de consumo dos moradores, que tiveram que compraram ventiladores para as novas casas de alvenaria pois estas são mais quentes do que as casas antigas, por terem o forro baixo e serem menos ventiladas do que as casas de palha.

Um dos sobrinhos de Justina nos contou que essa casa é melhor do que a antiga que eles moravam com os pais, pois a outra possuía apenas um cômodo e não comportava a família toda com conforto. A casa antiga de madeira permanece ao lado da casa nova, e ele e seus irmãos ainda usam a cozinha da mãe, construída a parte da casa nova com palha de babaçu. Se ele pudesse, aumentaria uma peça e faria uma varanda maior, o que dificulta a reforma é a falta de trabalho, que por sua vez dificulta o acesso a recursos financeiros para comprar os materiais de construção.

Cada família possui suas especificidades e formas de se organizar em relação à casa, mas, de maneira geral, há um desejo de ampliação dos espaços comuns da área (varanda) e da cozinha, sendo que esta permanece separada dos outros cômodos e deve conter um fogão a lenha.

Algumas famílias já ampliaram as casas, como é o caso de Anísia e o filho, que ampliaram a cozinha (fig.9 e 10). Esta ampliação se encontra inacabada, revelando os limites de recursos financeiros disponíveis para a conclusão da reforma. E as reformas e ampliações não costumam ser motivo para a chamada de um “muxirum” que mobiliza diversos membros da família, como ocorre com a confecção das casas de palha. A autoconstrução acontece com auxílio dos filhos ou sobrinhos mais próximos, ou irmãos que possuem alguma experiência com a construção civil utilizando materiais comprados nas cidades próximas.



Figura 9 Ampliação realizada em casa do PNHR no Mutuca. (fonte:elaborado pela autora)



Figura 10 Ampliação da área externa, para abrigar atividades relacionadas a produção agroecológica. (fonte: elaborado pela autora).

Cabe ressaltar que a autoconstrução da moradia no meio rural não tem o mesmo sentido da autoconstrução recorrente nas periferias das cidades brasileiras, compreendida enquanto superexploração da força de trabalho do operário. No caminho de reflexão proposto por Lenzi (2018, p. 95), considera-se que a autoconstrução dentro do contexto do Mutuca insere-se em outra lógica e produz outras consequências.

A autora sugere que “a autoconstrução no campesinato se trata de nada mais que uma parcela da produção dos meios de vida da família camponesa, produção de um dos itens do autoconsumo da família” (LENZI, 2017, p. 97). Neste sentido, a realidade do Mutuca se aproxima da situação observada no campesinato, e a casa é considerada como um mínimo vital e constitui-se como “um trabalho como os outros do cotidiano, produz-se para si, e o produto do seu trabalho continuará sendo seu, para seu usufruto” (ibidem, p. 96).

Verifica-se dois momentos distintos na prática da autoconstrução no Mutuca, sendo que o primeiro se dá na construção das casas de pau-a-pique e de outras estruturas do habitat, este se relaciona com o trabalho em muxirum, envolve saberes ancestrais endógenos relacionados às técnicas construtivas com uso de materiais locais (estrutura de madeira, pau-a-pique, fechamentos com palhas de babaçu trançadas e diferentes tipos de cobertura de palha de babaçu), enfim, faz parte das práticas de sociabilidade verificadas no local.

O segundo momento se dá na reforma e ampliação das casas do PNHR, quando a autoconstrução se realiza a partir de sistemas construtivos e organização do trabalho mais próxima do modo de produção do PNHR do que o vivido na construção das casas de palha. A lógica ampliada pelo programa difundiu sistemas construtivos que utilizam materiais industrializados e organização do trabalho no canteiro diferente das casas de palha, como verificado nas falas de campo. Nestes casos, quando alguma coisa na estrutura da casa estraga, as famílias nem sempre têm acesso aos materiais e recursos necessários para o reparo. Nos casos de melhorias ou ampliações, a mão-de-obra restringe-se àqueles que tiveram alguma experiência com construção civil fora do quilombo, e o acesso aos materiais demanda recursos financeiros que por vezes não se encaixam nas economias das famílias.

Neste movimento, cada vez mais as famílias se integram ao modo de produção capitalista da casa, desta vez através incentivados por uma política pública de provisão habitacional. E assim, a

dependência aos modos de construir baseados na lógica da construção civil industrializada vai gradualmente ocupando o lugar dos modos de construir ancestrais.

4. Considerações preliminares

A partir do chão da Comunidade Ribeirão da Mutuca foi possível perceber a ligação entre o passado em comum e o presente que se revela tanto na afirmação da identidade quilombola por meio de atividades culturais e formativas com os jovens, quanto nas práticas cotidianas onde os moradores atualizam os saberes de seus ancestrais sem cair em anacronismos, como o uso coletivo da terra e a produção agroecológica.

A comunidade fortalece as redes com os “de fora” e insere-se politicamente em grupos de agroecologia e economia solidária que articulam comunidades rurais de todo o estado e a nível nacional, consolidando uma frente de resistência das populações do campo ante o agronegócio. Entre estas lutas, a centralidade ainda é pela regularização de suas terras e pelo direito de ter suas existências reconhecidas e valorizadas, da mesma forma que fizeram seus antepassados ao longo dos séculos. No entanto, há a compreensão de que a titulação não é o suficiente para garantir a permanência, mas que a segurança jurídica deve estar combinada com elementos que garantam melhores condições de vida à esta população, como incentivo à produção e geração de renda, melhorias na habitabilidade e infraestrutura, e acesso a serviços de educação e saúde.

O processo de produção do espaço no Mutuca é um fragmento por onde pretendemos compreender em linhas gerais as estratégias e mecanismos da produção do espaço brasileiro e reprodução de diferentes territórios e identidades ao longo de centenas de anos. Historicamente o projeto estatal se materializa nas estratégias de “colonização” dos chamados “vazios”, e assim viabiliza a lógica capitalista de produção do espaço rural.

Os processos iniciados com a ocupação colonial do país no século XVI, a marcha para o oeste na década de 1930, a expansão do agronegócio dos anos 1980 e os anos 2000 marcados, pela continuidade da expansão deste modelo produtivo no campo, onde o agro “é pop”, sugerem a reflexão sobre a formação do espaço, suas contradições e historicidade. Estes processos sugerem a atualização de um modo de produção que desde o princípio gera impactos socioespaciais, e sua narrativa o promove como única opção possível, ou a “vocaçãõ” do país.

Como foi visto, as ações do Estado quase sempre serviram aos interesses do agronegócio e somente nos últimos 20 anos acenou-se positivamente para os povos que habitam o campo, as águas e as florestas. As políticas afirmativas como o Programa Brasil Quilombola, e o próprio Programa Nacional de Habitação Rural com todas as suas contradições, são ações que contribuem para o reconhecimento dos territórios rurais como um espaço de reprodução da vida e do trabalho, para além da produção agrícola ou turismo.

Neste sentido, as análises estiveram marcadas pelo movimento entre a melhoria imediata das condições de vida e as fragilidades das ações públicas frente às particularidades do território. A partir do diálogo com as interlocutoras em campo, percebeu-se que as casas construídas via política habitacional têm impacto direto na melhoria de qualidade de vida e na saúde, mas pouco contribui materialmente para a garantia da permanência, o que demanda a articulação de outras dimensões como a capacidade produtiva e segurança de posse.

Então, quando a ação do Estado chega ao Mutuca e proporciona novas condições de moradia, transforma simbolicamente a condição de precariedade ao mesmo tempo que modifica materialmente a moradia com novos sistemas construtivos e novas formas de construir. Neste movimento, a “casa da memória” – e todo o seu conteúdo simbólico do saber fazer – permanece nos outros elementos do habitat (cozinha, barraco da festa etc.) e agrega este novo objeto – a casa de “material” – tanto na dimensão concreta quanto na dimensão simbólica. Esta nova casa de alvenaria não é adjetivada pelos moradores como “casa quilombola”, mas se integra ao habitat, cumpre o mínimo vital e atualiza o mínimo social.

A partir da descrição e análise da obtenção dos meios de vida no Mutuca e dos ajustes feitos ao longo dos anos para a sobrevivência vital e social, percebe-se que a comunidade teve condições de preservar materialmente os modos de trabalho coletivo na lavoura, ao passo que a roça de toco tradicional passa a integrar o entendimento de agroecologia; e a ocupação do território comum – reconhecido por lei como um tipo de propriedade especial. Os modos de construir, por outro lado, se alteram radicalmente e, segundo observado nas narrativas, este fator não parece impactar o esforço de preservação dos modos de vida quilombola.

A casa do PNHR parte de uma lógica que admite a casa enquanto objeto e mercadoria; por sua vez, a casa quilombola constrói-se a partir das relações fundadas no território e carrega a visão de mundo quilombola nos modos de fazer, na escolha dos materiais e na organização do trabalho. É no território que estas duas dimensões se encontram e as contradições se revelam.

A construção da casa do PNHR modifica o conteúdo do trabalho coletivo presente na construção da casa quilombola, ao mesmo tempo que fortalece a consolidação institucional da ACORQUIRIM na luta por melhores condições de vida. Então, de um lado há o modo de construir ancestral, utilizando materiais do local (e todo o contexto de manutenção dos saberes e organização do trabalho), mas profundamente conectado com a ideia de precariedade e com um passado de violência. De outro lado, estão os materiais industrializados que promovem rapidamente a sensação de segurança almejada e ascensão social. A tipologia arquitetônica urbana e a construção civil convencional chegam com mais força e como única opção possível quando associada a uma política pública.

A política pública, por sua vez, sinaliza uma ação do Estado no sentido de reconhecimento deste território. Há um montante de recursos destinados para o local, e por outro lado esta ação parte de uma política nacional que homogeneiza o espaço rural e desconsidera a formação dos diferentes territórios e os modos de morar dos grupos sociais, desarticulado de outras políticas setoriais. Ao mesmo tempo, as condições de insegurança de posse e dificuldade de permanência persistem, o que revela a incapacidade da política habitacional, sendo setorial e desarticulada de outras, de compreender e responder às necessidades habitacionais das populações quilombolas – que englobam o habitat como um todo.

Neste sentido, não consideramos que valorizar o modo de construir ancestral apenas pelo seu valor cultural seja suficiente quando este modo de construir não atende as demandas de moradia adequada a estas pessoas. Há de se delinear um caminho que viabilize as condições materiais para que a potencialidade contida nos saberes ancestrais do modo de viver e produzir o habitat quilombola se expresse, sem cair em anacronismos ou possível romantização de precariedades.

Considera-se que a orientação de ações oriundas de políticas públicas estruturadas, ou ações pontuais de atendimento, devem sempre partir de processos dialógicos de construção coletiva e autodeterminação. Se para os territórios urbanos como favelas e ocupações a elaboração de planos populares é um instrumento consolidado como alternativa técnica a ações por vezes impositivas, nos territórios quilombolas propõe-se buscar as experiências de planos territoriais que consideram o atendimento de educação, saúde, geração de renda, segurança jurídica, e ir além. Este tipo de instrumento já faz parte da legislação que opera sobre terras indígenas, os chamados Planos de Gestão Territorial e Ambiental^{iv}, e ativa a possibilidade de um planejamento territorial popular e propositivo que parte das necessidades e desejos dos moradores.

O apoio técnico se daria de forma adequada à realidade, com o objetivo de promover direito à cidadania para além do espaço urbano. Na escala local, os planos territoriais elaborados junto aos moradores orientariam as políticas públicas e a atuação das lideranças em instâncias mais amplas. Na escala regional, deve-se fortalecer a elaboração de dados para que estes territórios apareçam nos mapas e relatórios oficiais, para que sejam considerados no planejamento regional como territórios ocupados e produtivos, não mais vistos como vazios. E, transversal a todas estas ações, é essencial o fortalecimento de instâncias participativas e deliberativas, com a presença de lideranças e moradores nas tomadas de decisões sobre seus territórios, articulados de forma

multidisciplinar com referência a estruturas como o “Programa Brasil Quilombola” e os conselhos de cidades, de forma que articule os programas e esferas do poder público, a partir das necessidades reais e desejos de desenvolvimento dos territórios quilombolas.

Ao conectarmos o histórico da comunidade de Mata Cavalos à conjuntura de cada período histórico, intenciona-se recuperar o sentido de que este é um território em movimento, aonde foram diversas as tentativas de anular, diminuir e até exterminar este território, seus habitantes e as relações que o constroem. Mas, como mostrado, a cada ataque à comunidade de Mata-Cavalos, e especialmente ao Ribeirão da Mutuca, estes buscaram diferentes formas de resistir e manter o seu modo de vida.

Os caminhos possíveis são muitos, as perguntas adequadas poderiam começar com a aproximação as formas autônomas de produção do espaço já existentes nestes locais. A casa existe no contexto da territorialidade quilombola, que por sua vez fundamenta-se nas relações de solidariedade, com a terra, com os ancestrais, com a roça, o rio, o cerrado, e assim conformam o território. Um modo de vida que não está estagnado, nem reproduz todas as práticas do passado, mas permanece essencialmente conectado com ancestralidade, através da relação com a natureza, que reflete no modo de ocupar o território e nas ações de resistência e elaboração de desejos de futuro, seja com casas de alvenaria ou com casas de palha de babaçu.

7. Referências

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da moradia rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AZEVEDO, Doriane. **Políticas territoriais, redes técnicas e políticas na estruturação do espaço em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Mata Cavalos (MT) - Relatório Histórico -Antropológico**. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Palmares, Cuiabá: Universidade de Cuiabá, 1996.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In MARICATO, Ermínia (Org.). **“A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”**. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

FIABIANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 504 p. v. 1.

LENZI, Cecília Corrêa. **A habitação camponesa no programa MCMV**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **“De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”** Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. ISSN 0102-6909.

MALCHER, Maria Albenize Farias. "Identidade quilombola e território". In: **Comunicação do Fórum Mundial de Teologia e Libertação**, Artigos. Belém, 2009. p. 399- 421.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**, São Paulo, Hucitec, 1996.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios**. Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, UFMG. Brasília, 2010.

SOUZA, Elizabeth Othon de. **Modos de morar no Quilombo Ribeirão da Mutuca**: ajustes e transformações do território à luz da política de habitação rural. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental**. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ⁱ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação é um dossiê que organiza informações sobre as terras reivindicadas por comunidades quilombolas, e faz parte do processo de demarcação e titulação destas terras.

ⁱⁱ Sobre a implementação do PMCMV em Mato Grosso ver Canavarros (2016) e Barcelos (2015). Em outras regiões do Brasil, ver Cardoso (2011,2013) e AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFFINO, M. B. C. (org.) (2015).

ⁱⁱⁱ Sobre a operacionalização do PNRH, ver Lenzi (2017), Castañeda (2014) e Sartori (2019).

^{iv} O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – instituída pelo Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012.